11 e 12 de Setembro | Hotel Serra da Chela

Angola 50 Anos
Conectividade | Integração | Inovação
para uma Economia Diversificada e Sustentável

17.º
CONSELHO
CONSULTIVO
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
LUBANGO / SETEMBRO 2025

Papel da ferrovia na promoção do desenvolvimento

Lições aprendidas no Brasil

Criamos caminhos juntos.

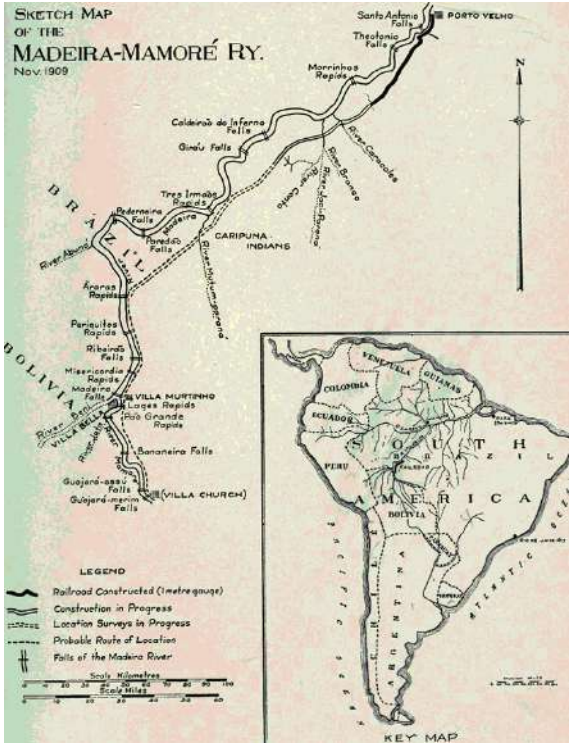
INDEPENDÊNCIA NACIONAL DE ANGOLA 1975-2025

GOVERNO DE ANGOLA

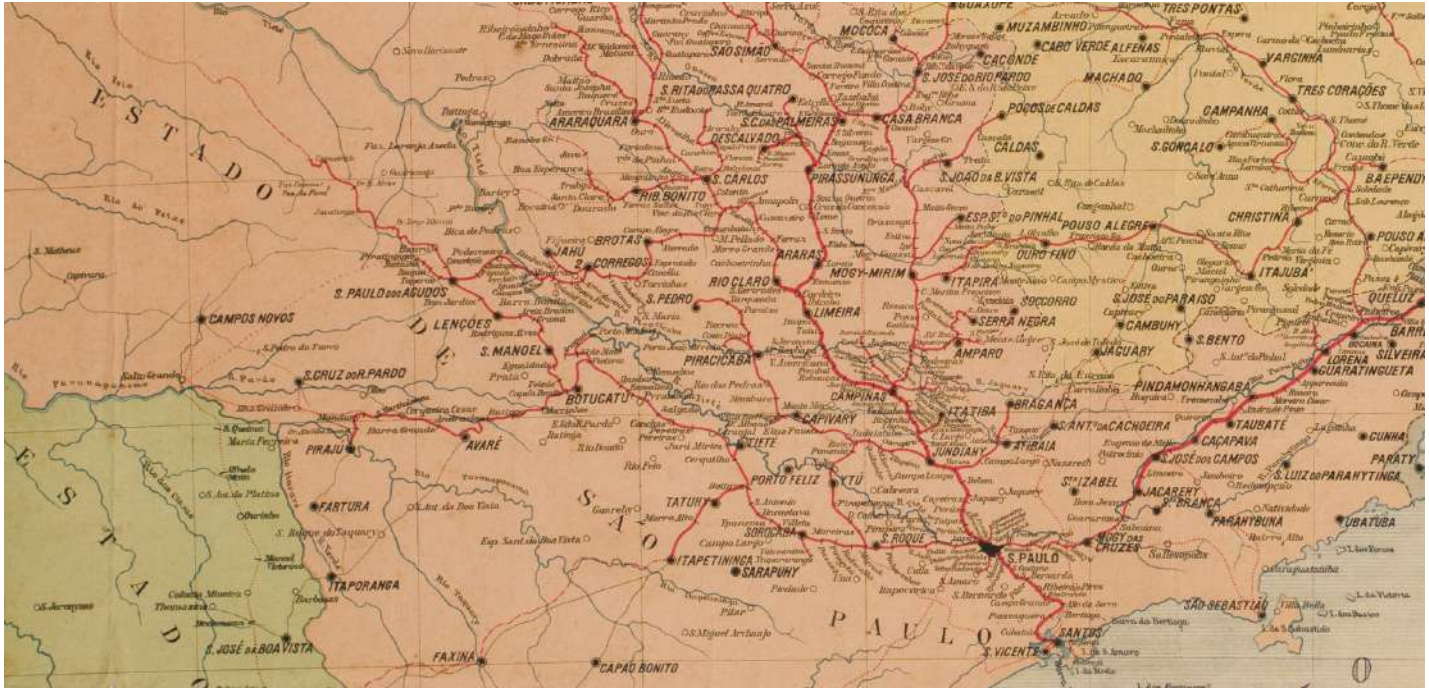
mintrans.gov.ao
Ministério dos Transportes

O primeiro sistema de concessões de que se tem notícia no país, o Império autorizou a construção e a operação da Estrada de Ferro Rio – Petrópolis, inaugurada pelo seu concessionário, o **Barão de Mauá**, em 1854.

- República: o segundo impulso é dado com a construção da EF Madeira-Mamoré (inaug. 1912), para escoar a produção de borracha das seringueiras da região amazônica.



O mesmo aplica-se às inúmeras ferrovias surgidas no centro-sul brasileiro, especialmente no estado de São Paulo, durante o ciclo do café – 1800 a 1930



Déc. 1950

- Industrialização
- Rodoviarização leva a falência e estatização de ferrovias (surge a RFFSA)

Déc.1970 a 1990

- Crise do Petróleo – sucateamento de linhas inverte processo com privatizações
- RFFSA incluída no Progr. Nac. de Desest. (1992)

Déc. 2000

- Valec, empresa pública federal, detém outorgas e atua como construtora de EFs para posterior leilões de concessão
- Fusão Valec + EPL = Infra S.A. – modelagem de projetos de logística (rodoviária, ferroviária, portuária etc.)

2020

- Valec, empresa pública federal, detém outorgas e atua como construtora de EFs para posterior leilões de concessão
- Fusão Valec + EPL = Infra S.A. – modelagem de projetos de logística (rodoviária, ferroviária, portuária etc.)

Distribuição espacial das principais ferrovias do Brasil – 2007

Fonte e elaboração: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT, 2009a).

Investimentos cruzados (Lei nº 13.448/2017)

- Outorgas vincendas aplicadas em EFs distintas;
- Primeira aplicação prática: FICO – empresa Vale

Lei das Autorizações Ferroviárias (Lei nº 14.273/2021)

- qualquer empresa (**Autorizada**) solicite à ANTT a construção e operação de uma nova ferrovia

17º CONSELHO CONSULTIVO
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
LUBANGO / SETEMBRO 2025

Angola 50 Anos

Conectividade | Integração | Inovação para uma Economia Diversificada e Sustentável

11 e 12 de Setembro | Hotel Serra da Chela

Criamos caminhos juntos.

50 ANOS INDEPENDÊNCIA NACIONAL DE ANGOLA 1975-2025

GOVERNO DE ANGOLA

mintrans.gov.ao
Ministério dos Transportes

O desafio não é provar que há benefício, mas mensurá-los em termos MONETÁRIOS:

Qual o valor das vidas preservadas? **Brasil: 6.160 mortes em 2024**

Quanto se ganha em produtividade?

Quanto se ganha em redução de emissões de GEE?

Como valorar a redução de desigualdades regionais?

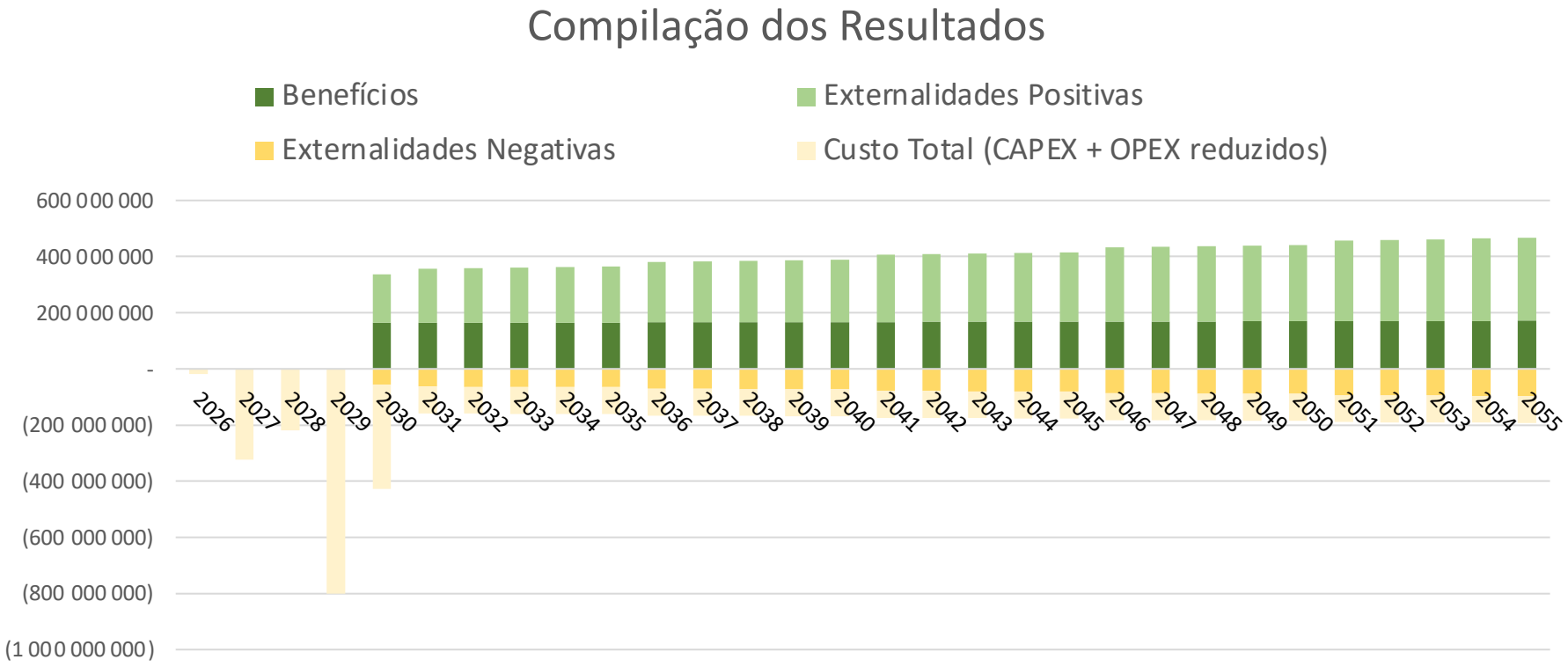
Por que elaborar uma ACB?

- Necessidade de se avaliar impactos **econômicos, sociais e ambientais** de projetos além dos custos envolvidos

- Permite **olhar sistêmico e multidisciplinar** sobre impactos **diretos e indiretos** ao longo de todo ciclo de vida de projetos

- Possibilita a escolha dos investimentos com base na **contribuição líquida** de um projeto para o **bem-estar da sociedade,** provendo essa seleção de critérios técnicos transparentes

Análise Custo-Benefício (ACB) é um caminho?



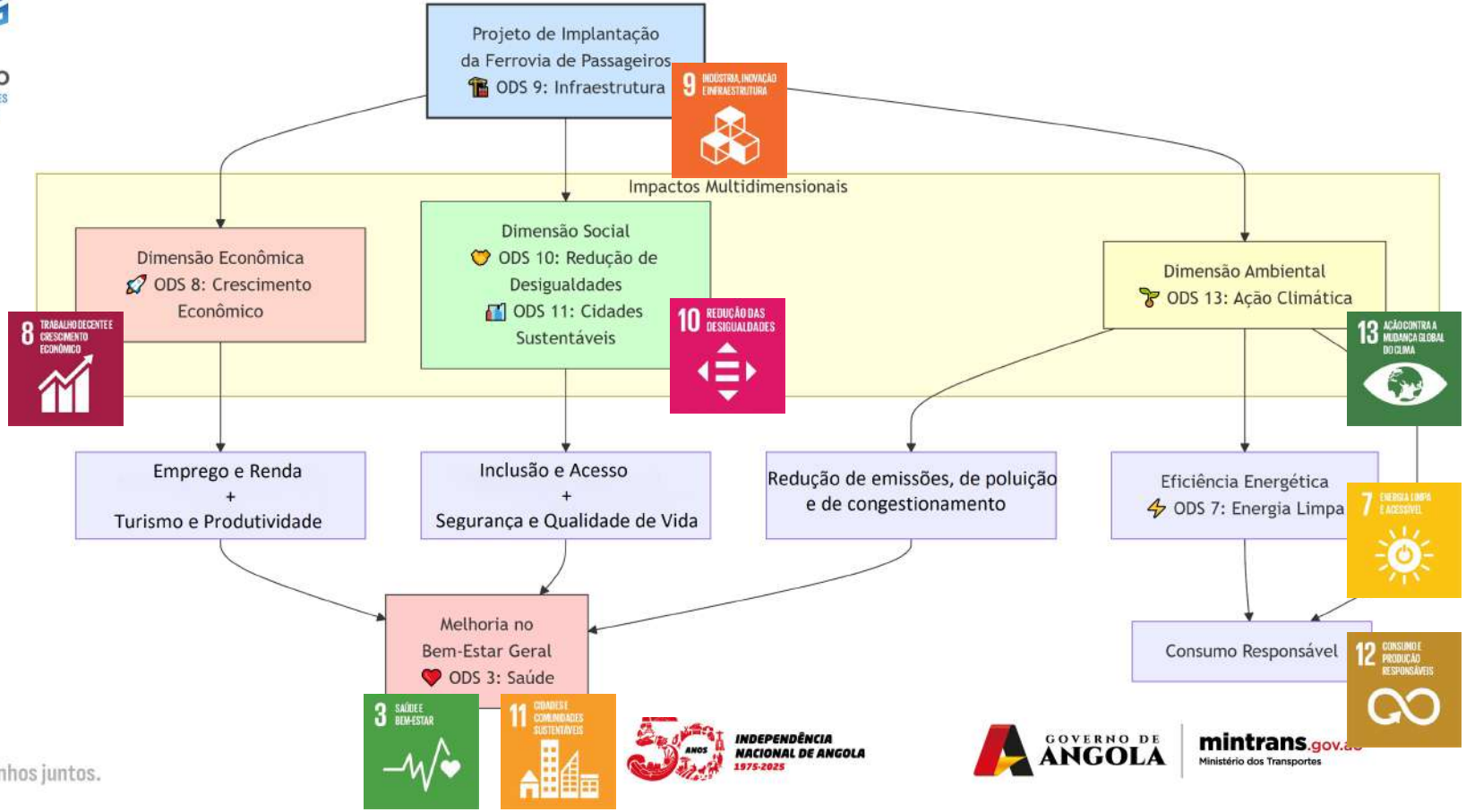
Algumas lições aprendidas

Monopólios trazem ineficiência econômica mas o *open access* é desafiador

A participação do Estado é imprescindível...

... pois somente o Estado pode capturar tantos benefícios

É necessário incorporar métodos de valoração desses benefícios bem como de legitimação de políticas públicas


Projeto de Implantação da Ferrovia de Passageiros
ODS 9: Infraestrutura
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Impactos Multidimensionais
Dimensão Econômica
ODS 8: Crescimento Econômico
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO
Dimensão Social
ODS 10: Redução de Desigualdades
ODS 11: Cidades Sustentáveis
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
Dimensão Ambiental
ODS 13: Ação Climática
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA
Emprego e Renda
+
Turismo e Produtividade
Inclusão e Acesso
+
Segurança e Qualidade de Vida
Redução de emissões, de poluição e de congestionamento
Eficiência Energética
ODS 7: Energia Limpa
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL
Melhoria no Bem-Estar Geral
ODS 3: Saúde
3 SAÚDE E BEM-ESTAR
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
Consumo Responsável
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

OBRIGADO